



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**  
**GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

**Nota de Imprensa**

Fundo Monetário Internacional completa segunda avaliação do acordo de facilidade de crédito ampliado para Moçambique.

O Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a **conclusão da segunda avaliação**, no âmbito do **acordo de Facilidade de Crédito Ampliado (ECF)** assinado com Moçambique.

**A conclusão da segunda avaliação permite o desembolso imediato de US\$60,93 milhões para o apoio ao orçamento, totalizando cerca de US\$213 milhões.**

O acordo de três anos tem como objectivo apoiar a recuperação económica do país, a redução da dívida pública e as vulnerabilidades de financiamento, ao mesmo tempo que promove um crescimento inclusivo por meio de reformas estruturais.

Segundo a revisão do FMI, com base no desempenho do programa, o Governo adoptou medidas substanciais para enfrentar de forma resoluta os desafios macroeconómicos e cumprir integralmente com os requisitos do mesmo, em especial a manutenção de uma perspectiva fiscal alinhada com as metas estabelecidas.

Por outro lado, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial recomendou ao seu staff para acelerar e priorizar a avaliação em curso para acesso aos vários fundos para financiamento às mudanças climáticas.

As duas entidades recomendam ainda a priorização na aprovação da Lei do Fundo Soberano e o aumento na mobilização da receita doméstica.

O crescimento económico de Moçambique está projectado para aumentar em 2023, impulsionado pela produção de gás natural liquefeito (GNL), atividades agrícolas e de serviços.

Embora os investimentos em GNL estejam impulsionando o défice em conta corrente, espera-se que o aumento nas exportações de GNL e a moderação das importações de alimentos e energia melhorem o saldo em conta corrente no futuro.

O desempenho do programa tem sido amplamente favorável nas áreas de governança fiscal e combate à corrupção, embora com desafios em algumas metas fiscais, influenciadas pela reforma da massa salarial e oscilações na receita. O rácio da dívida em função do PIB deverá manter a trajectória descendente, a chegar ao final deste ano nos 89,7%, melhorando face aos 95,5 % do PIB registados no ano passado.

MAPUTO, aos 7 de Julho de 2023